

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

**Elogio Histórico do Académico
José de Azeredo Perdigão**

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

Elogio Histórico do Académico José de Azeredo Perdigão*

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA

A Academia das Ciências de Lisboa confia a cada novo sócio efectivo a evocação do seu antecessor. Eis o acto que celebramos dedicado a José de Azeredo Perdigão. Compreende-se que constitua tradição generalizada em instituições desta natureza. Convocam-se, na verdade, significações expressivas. Trata-se de uma homenagem especial a quem parte, enquanto deixada, como privilégio indeclinável, à reflexão de quem chega. É um poder-dever.

No momento em que se atinge o cume de uma carreira, lembra-se a sua relatividade, que envolve um júbilo comedido, sentimentos serenos de admiração pelos outros. Isto sucede exactamente comigo.

Precederam-me neste posto, na Cadeira n.º 12 da Classe de Letras, por ordem cronológica, Dias Ferreira, Visconde de Carnaxide, Cunha Gonçalves, Abel de Andrade, Beleza dos Santos, Paulo Cunha e Azeredo Perdigão. O tempo desencontrado da existência não me permitiu que os conhecesse todos em vida. Apenas me deu oportunidade de ligações diversificadas pelas circunstâncias, se bem que muito próximas, aos três últimos – Beleza dos Santos, Paulo Cunha e Azeredo Perdigão.

De qualquer modo, embora o meu compromisso se limitasse a Azeredo Perdigão, revisitei os restantes com os elementos disponíveis. O que me levou, uma vez mais, a fortalecer a convicção de que as pessoas, em rigor, nunca se substituem, mas apenas se sucedem. A Academia possui critérios que têm a virtualidade de distinguir homens de raízes diversas, independentemente de Escolas, formações ou caminhos percorridos. O que importa é o seu cabimento nos parâmetros de um passado digno e de vinculação honesta à causa da ciência e da cultura, em empenho humanista. E são vastos os destinos que aí confluem. Inclusive, superam-se diversidades.

* Proferido em sessão conjunta das Classes de Ciências e de Letras, a 22 de Maio de 2014.

Ao redigir as palavras que me consentirão que leia, alguns tópicos relevantes chegaram ao meu pensamento e que fico a dever ao respeito pelos Académicos a quem se reportam e também aos que quiseram prestigiar esta sessão com a sua presença. É norma, contudo, que me circunscreva ao antecessor imediato.

Tão-só abro duas breves excepções, que o afecto e a razão motivam, relativas a Beleza dos Santos e a Paulo Cunha. Sentiria desconsolo se os omitisse.

É que José Beleza dos Santos foi meu professor. Um dos professores distintos que tive. Ora, ocupar a cadeira que lhe pertenceu traz-me naturalmente uma emoção muito forte. Deixai, ao menos, que o recorde como o maior criminalista português do seu tempo, fundador de uma Escola que chega aos nossos dias. Está na origem dos modernos direitos penal e penitenciário. Trouxe honra à Academia.

A Paulo Cunha, presto-lhe tributo relacionado com uma colaboração docente da Faculdade de Direito de Coimbra e da Faculdade de Direito de Lisboa, cujo traço de informalidade torna particularmente expressiva, posto que já muito pouco ou nada conhecida. Testemunhou-me Francisco Pereira Coelho, meu Mestre, depois Colega e sempre Amigo. Foi assim: Pereira Coelho, frequentava então os primeiros anos da licenciatura, assistiu, na Primavera de 1944 ou 1945, a lições proferidas por Paulo Cunha, em intercâmbio das duas Escolas. Deslocaram-se a Coimbra Rui Ulrich e Paulo Cunha. As suas exposições, feitas como a alunos próprios, nas salas dos Gerais, sobre matérias das respectivas disciplinas, constituíram um completo êxito. Nem admira. Sabe-se que Paulo Cunha, espírito brilhantíssimo, não obstante os elevados cargos desempenhados, inclusive na política, nunca subalternizou a sua vocação universitária. Manteve-a aprimorada até ao fim. Trouxe honra à Academia.

Mas devo regressar à minha devoção de hoje: o elogio académico de José Henrique de Azeredo Perdigão.

Uma elevada distinção que se me confere. Considero-a idêntica à que recebi, neste mesmo areópago, vai para seis anos, ao quererem que saudasse Nelson Mandela como sócio de honra. A um vulto moral incontornável do nosso tempo, segue-se um dos maiores portugueses que atravessaram o século XX (1896-1993). Assumo a força das palavras que utilizo.

Torna-se simultaneamente acessível e difícil falar de Azeredo Perdigão. Tanto está dito e, por outro lado, parece que muito falta reflectir a respeito da sua personalidade projectada no presente e no futuro.

A meu turno, discorri pela primeira vez sobre Azeredo Perdigão quando os sinos da velha torre da Universidade de Coimbra chamaram para o seu doutoramento “honoris causa” pela Faculdade de Direito, em cerimónia inconfundível da Sala Grande dos Actos. Aconteceu a 21 de Janeiro de 1962. Voltei a usar da palavra com o mesmo objectivo, tendo a companhia prestigante de Jorge Borges de Macedo e de Joaquim Veríssimo Serrão no Palácio da Rosa, em sessão de homenagem da Academia Portuguesa da História. Aconteceu a 9 de Fevereiro de 1994. Sinto-me, pois, em paz íntima perante alguma insistência ou omissão. O que pretendo é não exceder a medida razoável assinalada à minha intervenção.

Creio que, desde meados do século passado, não se podem pensar os vectores científicos, culturais, das artes, das letras, das realizações de benemerência, e mesmo da política, desconhecendo ou esquecendo a Fundação Calouste Gulbenkian. O que equivale a evocar Azeredo Perdigão.

É sabido que Azeredo Perdigão, concluída a licenciatura com a rara classificação de 19 valores, desenvolveu, até começo dos anos 60, a caracterizada actividade de jurisconsulto voltado para a advocacia. Alinhou entre os espíritos mais abertos que se iam manifestando, na compreensão e aplicação do direito, contra os excessos de dedução e de lógica abstracta, bem como contra o estrito legalismo.

Dispensando-me de pormenorizações, saliento que Azeredo Perdigão, nos escritos jurídicos que produziu, nas conferências ou lições que fez e, mormente, nas intervenções forenses que teve, cedo colheu a reputação de um jurista actualizado, atento às exigências da justiça material. Integrou um conjunto de profissionais do foro a que pertence o título legítimo de fundadores da moderna advocacia portuguesa, com nova técnica e nova ética. Estão na base da criação, em 1926, pelo ministro Manuel Rodrigues, da Ordem dos Advogados, que conferiu à profissão garantias de independência e condições de prestígio.

Não se ignora que Azeredo Perdigão se afirmou também como financeiro e economista, antecipando a apreciação dos modelos de desenvolvimento industrial, como administrador de importantes sociedades e empresas, como estudioso de mérito reconhecido por destacadas Universidades nacionais e estrangeiras, conferencista exímio, um dos fundadores da marcante revista *Seara Nova*.

Insisto em aspectos, porventura, já devidamente destacados noutros testemunhos. É que convirá sempre atendê-los para que não resultem desvalorizados perante a sua obra máxima: a Fundação Calouste Gulbenkian.

E passo a outro ciclo da acção do nosso homenageado. Pressente-se como lhe terá sido angustiante encerrar um segmento de vida realizado ao longo de quatro décadas. Adivinham-se os conflitos interiores que se depararam a Azeredo Perdigão. Terá decidido com a reflexão de quem pode, de algum modo, traçar o seu próprio destino.

Não se considere, porém, que o jurista terminou aí a sua carreira. A probidade e a competência profissional ganharam a confiança do homem de negócios experimentado e do homem culto, e de arte, e de filantropia, que foi Calouste Sarkis Gulbenkian. Este entregou-lhe os cuidados de uma realidade e de um sonho de horizontes largos.

Azeredo Perdigão soube corresponder ao que dele se esperava. E a presença do jurista vai ainda detectar-se, até ao crepúsculo, na sensibilidade para compreender os problemas humanos, na contenção, diria diplomática, que não afectava a firmeza das atitudes, no rigor, na determinação e no equilíbrio sensato das decisões, na sabedoria do relacionamento com o poder político, na capacidade de relativizar a importância das coisas e dos eventos. Era outro o fórum, mas não era outro o homem revestido do seu senhorio e da sua formação.

Tudo começou em 1942, quando Gulbenkian deixa a França, fustigada pela guerra, e se instala no nosso país. Azeredo Perdigão, já advogado famoso, foi escolhido para seu consultor jurídico.

A convivência estreita com Azeredo Perdigão e a sua eficiente colaboração profissional estimularam o arguto Calouste Gulbenkian a levar por diante o propósito de criar uma fundação, embora não confinada às pensadas dimensões iniciais de museu de arte para as suas obras. E que seria uma fundação portuguesa, porque acreditava que, entre nós, se respeitaria escrupulosamente a sua vontade testamentária e, em conformidade, se administraria o seu património. Claro que contou o facto de, entre as legislações consultadas, a nossa ser a mais conveniente. Não terá, ainda, deixado de pesar no espírito do instituidor uma espécie de gratidão pela paz e pelo carinho que encontrou em Lisboa.

Nomeado executor testamentário, Azeredo Perdigão logo se viu confrontado com uma dura batalha jurídica para assegurar que o património da Fundação permaneceria incólume, sem pretensões legítimas. E nem se menosprezem os esforços para obter a restituição dos países depositários de algumas das obras de arte que enriquecem o Museu Gulbenkian.

Consultor jurídico e conselheiro do instituidor, executor do seu testamento, primeiro presidente da Fundação de que redigiu os estatutos conforme a vontade que lhes subjaz, Azeredo Perdigão, nestas últimas funções, assumiu a responsabilidade directa da gestão financeira, particularmente melindrosa, em especial, pelo facto de as principais receitas provirem de empresas petrolíferas do Médio Oriente. Riscos encarados de frente, sabida a versatilidade contemporânea das flutuações dos mercados financeiros e das conjunturas político-económicas internacionais.

Só uma rigorosa prudência administrativa, aliada a sábia estratégia dos investimentos, pôde conduzir ao reforço da solidez e, inclusive, ao aumento expressivo do património da Fundação. Estava garantida a sua perenidade.

A par disto, Azeredo Perdigão, acompanhado pelos colaboradores, fez uma ideia perfeita dos desígnios da Fundação e teve o talento de lançar os alicerces dos resultados extraordinários que a breve trecho começaram a produzir-se e não mais estancariam.

É feliz a síntese de Sá Machado, que reproduzo: “em Lisboa, um espaço de modernidade e de cultura; por todo o país, uma obra empolgante, nos domínios da saúde e da protecção social, da educação, das artes e da ciência. No mundo, um prestígio sólido, uma presença portuguesa que nos honra e nos dignifica”.¹

De resto, Azeredo Perdigão deixou aos seus sucessores uma mensagem e um voto de permanente progresso e modernidade. Espírito ainda agora patenteado na notável renovação do emblemático Grande Auditório.

Ficou para último a parte do currículo de Azeredo Perdigão que regista as supremas e numerosíssimas distinções que recebeu, aquém e além-fronteiras, de Chefes de Estado e de outras entidades públicas, das mais diversas instituições, de celebradas Academias e Universidades. Limitando-me à Academia das Ciências de Lisboa, recordo que subiu, um a um, os seus degraus: em 18 de Julho de 1985, como sócio correspondente; em 6 de Fevereiro de 1987, como sócio efectivo; em 23 de Novembro de 1989, como sócio emérito. Muito estimava esta filiação, que sempre dignificou, designadamente, cumprindo o dever estatutário para com o seu antecessor. Merece atenção o texto onde elogia Paulo Cunha.

¹ “Discurso de homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão”. In *Homenagem ao Doutor José de Azeredo Perdigão (1896-1993)*, Lisboa, 2001, p.18.

Com esta nótula, a minha intervenção aproxima-se do termo. Sinto, mais uma vez, que não transformei as palavras num esboço que me satisfizesse e muito menos no retrato acabado que gostaria de consagrar a Azeredo Perdigão. Decerto, um retrato com as rugas de quem caminhou entre a urze e a rocha da vida quotidiana, mas, principalmente, com a transparência, a linha do olhar, de quem se manteve austero e digno, humilde e cristão, nas suas grandezas, que compreendeu a sua época e gostou dela, que compreendeu os homens e gostou deles.

Nem acrescento uma mão cheia de impressões e recordações pessoais que me são muito caras. Até porque teria o desconforto de falar de mim, de um relacionamento que construiu amizade, em horas boas e horas incertas, modelado por atitudes e palavras, ditas ou escritas. Sobretudo, adequadas a memorial.

Então, que juízo deixo para o fim? Precisamente o mesmo que Azeredo Perdigão manifestou em situação paralela. Dizendo assim: “a sua cadeira, em meu sincero parecer e sã consciência, continua vaga”.²

(ELOGIO HISTÓRICO APRESENTADO À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 22 DE MAIO DE 2014)

² “Elogio académico do Prof. Doutor Paulo Arsénio Viríssimo Cunha”. In *Centenário do Nascimento do Prof. Doutor Paulo Cunha – Estudos em Homenagem*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 68.

Saudação ao Académico Mário Júlio Brito de Almeida Costa

PEDRO SOARES MARTÍNEZ

1. Recebi o muito honroso encargo de saudar o Eminente Confrade Senhor Mário Júlio Brito de Almeida Costa. E tive a maior satisfação em aceitá-lo. Nunca me pesou o cumprimento dos deveres que sobre mim nesta Casa têm recaído, mas o cumprimento deste é, por certo, um dos mais gratos, porquanto, conforme noutros casos, o encargo se alia aos sentimentos pessoais de muita admiração e estima que me ligam a um professor e investigador distintíssimo, discípulo de Manuel Paulo Merêa e de Guilherme Braga da Cruz, meu querido e saudoso amigo de múltiplas convergências. Almeida Costa é um professor e investigador que se situa plenamente na linha de continuidade desses dois Mestres insignes – juristas, historiadores, nomes bem grados da Universidade portuguesa e da cultura nacional.

2. Esta saudação, tal como o magnífico elogio académico que a precedeu, deveria situar-se algum tempo atrás, há vinte e quatro anos, mais ou menos, posto que o nosso Eminente Confrade Senhor Almeida Costa foi eleito sócio efectivo da Classe de Letras desta Academia em 1989, após nove anos do seu noviciado de sócio correspondente. E, não se tendo registado, segundo suponho, caso de força maior, ou sequer fortuito, que obstasse ao elogio do antecessor ou à saudação do investido, nesta, como em numerosas situações análogas, importará reconhecer e reparar as faltas, que não quereria agora omitir, sobretudo por, em razão de uma longa permanência nesta Casa, me sentir também participante das referidas faltas. Os homens e as suas criações sempre acumulam activos e passivos, só podendo sentir-se à vontade para afirmar méritos e virtudes quando também não esquecem as próprias debilidades. Ora importa que as Academias e os académicos recordem aos outros, e até a si próprios, o muito que a cultura lhes deve. Ainda por amor dessa mesma cultura, a qual também lhes imporá a confissão das faltas. E, porque não me habituei ao uso de “arcas encoiradas”, conforme

expressão muito em uso nas zonas ribeirinhas do Douro e do Minho, também não quero deixar esquecida, nas ditas arcas, destinadas a segredos e reservas, uma palavra agradecida, e de muito apreço, pela decisão do Senhor Presidente desta Classe e desta Academia, Senhor Artur Anselmo, no sentido de promover, com a possível brevidade, a realização das sessões destinadas aos elogios dos antecessores por quem lhes sucede nas respectivas cadeiras académicas.

3. Li algures, ou ouvi dizer, já nem sei onde, nem a quem, que o próprio Platão, ou algum dos seus discípulos directos, na sua ansiosa, dramática, ou trágica, busca da beleza integral perdida, embora entrevista, ou sonhada, terá chegado a solicitar fosse atribuída essência divina a Academos, aquele herói lendário em cujos domínios, bem vizinhos de Atenas, costumavam reunir-se os platónicos. Mas, se o caso realmente lhe diz respeito, terá sido Platão menos bem sucedido, nessa como noutras das suas pretensões. Designadamente também na do seu “socialismo aristocrático”, que, bem mais radical do que os socialismos do nosso tempo, negava a propriedade, e até a família, aos magistrados e aos soldados, para que melhor servissem na prossecução do bem comum da cidade. Essa pretensão, juntamente com outras, logo se desfez ao toque realista de Aristóteles. Ou antes mesmo, quando Platão, já em fase de amadurecimento, sobrepôs à sua *República* as suas *Leis*. E, no escantilhão das desilusões platónicas, afinal, também Academos não foi divinizado.

4. Realmente, se Academos, estribado na sua condição de herói, e, presumivelmente, na do seu mecenato dos platónicos, tivesse alcançado a divindade, bem poderia talvez acontecer que as academias, nele inspiradas e por ele protegidas, se libertassem das muralhas mundanais, em torno delas erguendo, sobre a superfície lodosa das cidades dos homens, a harmonia etérea do assento dos deuses. Mas, por mal, por bem, ou tão-somente pela indiferença do devir, quanto à perfeição das coisas e da sua transformação, nada disso terá acontecido. Academos não coube nos limites do Olimpo, sempre ciosamente medidos, e as academias não atingiram níveis que as livrassem, ou as absolvessem, de todos os erros humanos. Por isso nos reunimos hoje aqui, neste belíssimo salão, sob a égide da “Viradeira”, empreendida por um enigmático casal régio – Maria e Pedro – que terá querido restituir aos Portugueses as suas liberdades perdidas.

5. As academias sempre foram humanas, e têm de sê-lo, mesmo quando, naturalmente atraídas para a divinização, não resistem a afirmar, com alguma atrevida soberba, a imortalidade dos seus membros. Mas depara-se-nos, através dos tempos, uma permanente beleza na própria humanidade, e no dito humanismo, das academias, que, embora não sabendo reflectir a platónica beleza integral, conseguem, por vezes, fazer prova de que as civilizações nunca renunciam, nem podem renunciar, à busca incessante dessa mesma beleza, que é um misto de verdade, de honestidade, de justiça e de elegância formal. Na aceitação comum desses padrões axiológicos se poderá, porventura, encontrar a única base viável de uma globalização autêntica, a nível mundial, que as técnicas actualmente impõem mas que, até agora, só os povos peninsulares, e, sobretudo, os portugueses, terão entendido e praticado, com as claudicações tornadas inevitáveis por múltiplas avarezas circunstanciais.

6. Essa busca incessante da verdade e do bem exigiu das academias, ou das que melhor mereceram a sua designação, mais ou menos herdeiras de Academos e dos colóquios platónicos, longos trilhos, quase sempre tortuosos e erráticos, talvez pela incompreensão que costuma rodear todos quantos se recusam a viver num mundo sem sentido. Os próprios Romanos sempre recearam que a Filosofia dos Gregos, vencidos e escravizados, depois de lhes conquistar as debilidades da juventude, já desarmada pela riqueza e pela ociosidade, lhes fizesse ruir o império. Os Bárbaros, esses seriam, naturalmente, lentos no recebimento da civilização mediterrânica, penosamente extraída através das praias do Egeu e das ruínas de Tróia, dos jardins suspensos de Babilónia e das pirâmides ptolomaicas. Mas a Academia platónica, vinda da casa de Academos, vizinha de Atenas, atravessou a relativa indiferença romana e refugiou-se à sombra de Santa Sofia, fronteira ao Bósforo, até ser extinta, formalmente, legalmente, no ano de 529, pelo imperador Justiniano I, o das *Pandectas*, esse mesmo. Constatou-me que os tecnocratas bizantinos, tocados de utilitarismo a muito curto prazo, e pela "*auri sacra fames*", desprezavam o lema de "*ars gratia artis*", sempre agitado pelos académicos de todas as épocas. Mas não sei se a imperatriz Teodora não deveria também ser chamada ao caso, em razão das muitas interferências que sempre lhe têm sido atribuídas.

7. O espírito académico sobreviveu à extinção de Justiniano. E a grande clareza da Idade Média, à qual foi dado particular relevo na obra, já clássica, de Gustavo Cohen, publicada em 1942, em Nova Iorque, no meio das incertezas da guerra e das agruras do exílio, essa grande clareza, esse luzeiro medieval, achasse na continuidade do espírito académico. Porque Aristóteles, discípulo de Platão e académico de Atenas, é o grande Mestre comum aos pensadores medievais, do aquiniano São Tomás como do cordovês Averrois. A escolástica, o seu *trivium* e o seu *quadrivium*, os claustros monásticos e também as *medersas* islâmicas, situam-se na linha de continuidade do espírito académico, herdado de Platão através de Aristóteles.

8. E foi na continuidade medieval, sempre atenta aos ensinamentos clássicos, sem qualquer ruptura na evolução do saber, que, sob o equívoco de um suposto, e talvez falacioso, “humanismo renascentista”, se constituíram na Itália, com alguma confusão anárquica, múltiplas academias, ou assim designadas, como a de Pompónio e muitos outros, todas parecendo nostálgicas da academia platónica, mas todas quase sempre hesitantes entre o pluralismo das ciências e das artes e a fragmentação departamental dos conhecimentos.

9. Essas mesmas hesitações mantiveram muitas academias modernas, a começar pela que Luís XIII fundou, em 1635, tornada paradigmática pela hegemonia francesa do século XVII, extinta pela Revolução e, depois, renascida. Essa Academia, apontada como exemplar, porque era humana, como todas elas, porque se situava na cidade dos homens, logo iniciou os seus trabalhos procurando agradar ao seu protector, o poderoso Richelieu, que, por alguma má querença a Corneille, muito apreciou a despejada crítica dos académicos ao poema dramático do *Cid*. Às vezes, até as mais celebradas academias, na miséria da sua condição humana, se amesquinham pelo temor reverencial do poder e pelas lisonjas usadas para afeiçoá-lo aos seus próprios interesses. Predominaram, entre as academias criadas, a partir da francesa, as parcelares e literárias, academias que, geralmente, receberam a missão cimeira de defesa das línguas respectivas, às quais acresceram as de História, de Belas Artes, de ciências ditas positivas, como, entre outras, a Pontifícia, fundada em Roma por Pio XI. Também em Portugal foram, têm sido e são, numerosas as academias, privadas e públicas, parcelares,

fragmentárias, especializadas. E refiro-me a essas fragmentações apenas para sublinhar o interesse cultural, assim como as particulares responsabilidades, de uma academia pluralista como a Academia das Ciências de Lisboa, que, através das suas duas Classes, tende a abranger todo o domínio do pensamento. Sem deixar de reconhecer o muito valor das academias sectoriais, atrever-me-ei a sublinhar as particulares obrigações que impendem sobre esta instituição e sobre os seus associados, em razão do pluralismo adoptado.

10. Parece-me mesmo oportuno recordar que aqui, nesta Casa, não há, nem pode haver, duas academias, a funcionar num mesmo local. Porque há uma só. E algumas consequências daí havemos de extrair, pois não terá sido por acaso que assim foi traçada a estrutura desta instituição, a qual, se terá inspirado num pressuposto de unidade essencial de todo o saber e na necessidade de não sacrificar a cultura, por sua natureza integral, por via dos excessos das especializações, que nos condenam, afinal, a saber muito, ou tudo, acerca de muito pouco. Por certo terá de haver especialidades e especialistas, mas a especialização não justificará o afastamento, mesmo relativo, dos ramos de conhecimento alheios às próprias especializações. Essa ideia também dominou a vida das universidades, embora talvez ande esquecida, pois até nas aberturas dos anos lectivos, destinadas a ser sentidas, em comum, por todos os universitários, as próprias “orações de sapiência”, as mais das vezes, pelos temas escolhidos e pelo jeito do seu tratamento, se mantêm inacessíveis ao razoável entendimento dos universitários profanos.

11. O pluralismo desta Academia das Ciências de Lisboa, realmente, exige muito dos seus associados, mas, em obediência ao “*do ut des*” da jurisprudência romana, também esta Academia tem muito para lhes dar. O próprio pluralismo, facilitando a satisfação de curiosidades e dúvidas, para além das matérias da especialidade de cada um, constitui um valiosíssimo benefício. Em contrapartida, o próprio ingresso nesta Academia há-de pressupor, a par da sapiência sectorial, o que já tem sido designado por “perfil académico”, que incluirá o gosto de saber, para além do sector próprio, o gosto de conviver, a capacidade de indagar e de aprender, com a prudência, a moderação, a insistência e a humildade que terão de ser muito acrescidas ainda, quando em face de matérias em relação às quais

sejam minguidos os conhecimentos. Talvez me atrevesse a acrescentar que o “perfil académico” envolve a firme determinação de servir – servir a Academia, servir a cultura. Nessa base, dispondo dos méritos individuais incluídos no dito “perfil académico”, esses mesmos méritos individuais comunicam cunho colectivo às academias, e, talvez sobretudo, às pluralistas, que, por mais exigentes, sempre melhor se afirmarão pela pujança das suas qualidades e potencialidades, pelo relevo dos serviços prestados, e a prestar, às comunidades nas quais se inserem. Ainda mesmo quando essas comunidades os desconhecem, apenas por não entenderem, nem quererem aceitar, o que, sendo diferente do comum, não se dilui na vulgaridade medíocre do que, efectivamente, é normal, do ponto de vista estatístico. Essa incapacidade de percepção manifesta-se, designadamente, no mau gosto da qualificação das academias como “sociedades de elogio mútuo”. A verdade é que as academias são, geralmente, exigentes, parcas e sóbrias nos elogios, acontecendo, porém, terem de pronunciar-se acerca de personalidades e de obras notáveis, cujos méritos a justiça impõe sejam reconhecidos. Também as academias costumam ser rigorosas nas suas apreciações das falhas e das deficiências, até das próprias, mas, não enfeitando as regras de elementar cortesia, não podem recorrer às banalidades soezes dos insultos nem à antipatia dos sarcasmos. O jeito de falar com verdade e clareza, sem quebra do respeito, próprio e alheio, também há-de inserir-se no “perfil académico”. E chego, assim, à conclusão de que, afinal, é, sobretudo, o “perfil académico”, com tudo quanto encerra, que, na vida das academias, mais faz avultar o grande saldo que aparta os seus activos e os seus passivos, grandeza essa que, por força da natural, e inevitável, diversidade das condições humanas, nem todos logram apurar. Até porque a verdadeira grandeza não costuma prescindir nem da discrição nem da humildade.

12. É muito, mesmo muito, o que se contem no “perfil académico”. E, se tivesse de fixar-me num exemplo paradigmático da posse plena desse “perfil académico”, suponho que teria em vista, entre outros, o nosso Eminentíssimo Confrade Senhor Mário Júlio Brito de Almeida Costa. Este nosso Confrade já não carecia de apresentações, nem de adjectivos qualificativos, quando ingressou nesta Casa. Todos sabemos, e todos sabíamos, já então, que se tratava de um professor cate-drático, entre os mais ilustres, da Faculdade de Direito de Coimbra e da

Universidade Católica, com obra vasta, e consagrada, não apenas no campo da História do Direito mas também a nível do Direito Civil actual. Todos sabemos, e todos sabíamos, já então, que os talentos daquele Professor se manifestaram, amplamente, nas regências que lhe foram confiadas nas cátedras do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre. Todos sabemos, e todos sabíamos, já então, do alto nível das funções por ele exercidas como Ministro da Justiça e como Presidente da Câmara Corporativa. Todos sabíamos já então que Almeida Costa, pela sua cultura, jurídica, histórica, literária, pelo seu gosto de saber e de viver, preenchia as condições para corresponder, em termos inexcedíveis, a quanto a Academia havia de pedir-lhe.

Agora, Eminentes Confrades, agora sabemos já, e de ciência certa, porque vivida, que a Academia recebeu de Almeida Costa tudo quanto esperava, e era muito, ou talvez tenha recebido mais ainda do que era de esperar. Ficou assegurada, ao melhor nível, a sucessão académica de José de Azeredo Perdigão, também jurisconsulto exemplar, excepcional, que aqui saudei, anos atrás, num acto desta natureza, após o elogio por ele traçado do seu antecessor, Paulo Cunha, saudoso Mestre cujas boas lembranças mantenho bem gravadas no espírito e no coração. O seu sucessor continuará a honrar sobremaneira a cadeira académica que passa agora a pertencer-lhe. Com grande admiração o saúdo, desejando-lhe todos os sucessos na sequência da sua carreira académica. E não será despida de algum egoísmo a formulação de semelhante desejo, porque esses seus futuros louros, aqui colhidos, cabendo também a esta Academia das Ciências de Lisboa, constituirão sempre razões de intenso júbilo para os seus confrades.

Muito obrigado por quanto já fez, Senhor Almeida Costa. E que Deus o ajude na continuada prossecução académica do seu bem-fazer, do seu bem cumprir, do seu bem servir.

(SAUDAÇÃO AO RECIPIENDÁRIO PROFERIDA NA SESSÃO PLENÁRIA PÚBLICA
DE 22 DE MAIO DE 2014)